



## **Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**

### **Tribunal de Justiça**

#### **Termo de uso e política de cookie do portal do Tribunal de Justiça de MS**

Prezado (a) usuário

Em atenção ao seu direito à privacidade e proteção dos seus dados pessoais e, atendendo aos fundamentos e princípios previstos na Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e do Marco Civil da Internet, Lei Nº 12.965, 23 de abril de 2014, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, no exercício de sua responsabilidade como controlador de dados pessoais, apresenta os termos de uso para o seu portal institucional.

O presente termo de uso é um documento complementar à Política de Privacidade do Tribunal de Justiça de MS. Aqui, você encontrará informações objetivas e claras sobre quais dados coletamos e como os tratamos durante a navegação de nosso site.

#### **1. Legislação aplicável:**

[LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018.](#) - Lei Geral de Proteção de Dados

[LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014.](#) - Marco Civil da Internet

[Resolução 239/2021 - Política de Segurança da Informação do TJMS](#)

#### **2. Tipos de Tratamento**

Os dados pessoais estarão sujeitos às atividades de coleta, armazenamento e transferência.

#### **3. Serviços disponibilizamos**

O portal do TJMS é o nosso principal canal de comunicação com o cidadão, entre os principais serviços que são fornecidos através desse portal estão:

- Sistema de automação judicial
- Diário da justiça,
- Sistema de Atendimento ao Cidadão (e-SIC)
- Transparência
- Notícias e informações judiciais
- Agendamento de Serviços
- Carga Programada
- Certidões
- Custas Processuais
- Depósitos Judiciais
- Licitações
- Portal de serviços de TI
- e-Sic



## **Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**

### **Tribunal de Justiça**

#### **4. Dados coletamos e finalidade**

Assim que você inicia a navegação, o PJMS poderá coletar e armazenar cookies que serão utilizados para melhorar a navegabilidade em nossos serviços e garantir a segurança de nossos sistemas. Entre as informações coletadas estão: seu registro de IP, sua localização geográfica, tipo de sistema operacional e navegador da web.

O nosso portal utiliza o serviço Google Analytics para fins estatísticos e aprimoramento da experiência do usuário. A informação estatística resultante deste tratamento poderá ser objeto de publicação, sem qualquer identificação pessoal dos usuários.

Os demais dados pessoais coletados dos titulares de dados são obtidos de forma explícita através de formulários eletrônicos para fornecimento de nossos serviços. Nestes casos os dados coletados são utilizados para atender a finalidade do serviço e não serão utilizados para outro fim.

#### **5. Responsabilidades**

##### **USUÁRIO**

O Usuário se responsabiliza pela precisão, atualização e veracidade dos dados informados no cadastro e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de utilizar nossos serviços.

O acesso aos nossos serviços com autenticação é pessoal e intransferível, portanto, sob nenhuma hipótese o usuário poderá compartilhar com terceiros o seu acesso.

Para alguns serviços ofertados que exigem autenticação o uso de certificado digital é obrigatório.

##### **PODER JUDICIÁRIO DE MS**

O Poder Judiciário de MS, no papel de controlador das informações pessoais dos usuários, deve cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais de forma a preservar a privacidade dos dados tratados.

Todos os serviços ofertados através no nosso portal obedecem a política de privacidade e a política de segurança da informação deste tribunal afim de garantir os princípios da



## **Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**

### **Tribunal de Justiça**

segurança da informação e privacidade de dados que são: disponibilidade, integridade, confidencialidade e privacidade de dados.

#### **6. Direitos dos titulares dos dados pessoais**

(De acordo com o art. 17 a 22 da LGPD)

O titular dos dados pessoais que faz uso do nosso portal Institucional poderá, a qualquer tempo e por meio de requisição específica, obter informações sobre o tratamento de seus dados pessoais, garantidos os seguintes direitos:

- livre acesso, facilitado e gratuito;
- confirmar existência, acessar, revisar, retificar, e/ou requisitar uma cópia eletrônica da informação dos seus dados pessoais;
- requisitar detalhes sobre a origem ou o compartilhamento com terceiros;
- limitar o uso e divulgação de seus dados pessoais;
- solicitar a anonimização, bloqueio, eliminação, portabilidade e oposição de seus dados pessoais;
- revogar o consentimento, excetuando-se as situações previstas na legislação, e receber informações sobre as consequências do não consentimento ao uso de seus dados pessoais.

Esses direitos podem ser requisitados pelo titular por meio do nosso canal de atendimento ao cidadão e-Sic ou através do e-mail [encarregado@tjms.jus.br](mailto:encarregado@tjms.jus.br).

#### **7. ALTERAÇÕES DESTE TERMO DE USO**

Este Termo de Uso poderá ser alterado a qualquer tempo caso haja necessidade. Toda alteração será publicada no nosso portal e poderá ser consultada diretamente através do link [www.tjms.jus.br/lgpd](http://www.tjms.jus.br/lgpd).

Recomenda-se que seja consultada com regularidade e verificada a sua data de modificação.

#### **8. FALE CONOSCO**

Se após a leitura deste Termo de Uso restar qualquer dúvida ao usuário, ou por qualquer razão precisar se comunicar para assuntos envolvendo os seus dados pessoais, o contato poderá ser realizado pelos canais abaixo:

Encarregado (DPO): e-mail: [encarregado@tjms.jus.br](mailto:encarregado@tjms.jus.br)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL

**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**